



### TENDÊNCIAS

Em 2009, a alocação inicial de 16.849 milhões de MT foi reforçada ao longo do ano e passou a ser de 18.940 milhões de MT. A fim de prevenir esta situação de realocação de fundos, em 2010, a porção de recursos, em termos absolutos, alocada ao sector de educação subiu em 8.8 por cento: para 20.771 milhões de MT.

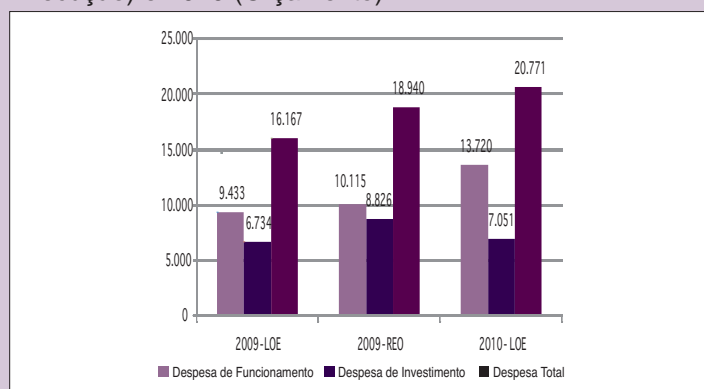
Deve-se notar que a este montante de despesa do sector foi acrescido a despesa de transferência directa aos distritos, o que não tinha sido reflectido em análises em anos anteriores.

De entre todos os chamados sectores prioritários, a educação tem a alocação mais elevada: 18 por cento de peso em relação ao total da despesa. Embora tenha sofrido um decréscimo quando comparado com 2009 (o peso do sector havia sido de 22 por cento neste ano).

Devido ao incremento orçamental da despesa total do sector, a despesa de funcionamento aumentou de 10.108 milhões de MT em 2009 para 13.720 milhões de MT em 2010. Houve, portanto, um crescimento de 3.605 milhões de MT em termos absolutos e 26 por cento em termos percentuais.

Esta subida pode ser explicada, por um lado, pela criação de duas novas instituições (Academia de Ciências de Moçambique e Instituto Superior de Artes e Cultura) com um custo de funcionamento de cerca de 34.436 milhões de MT. Por outro lado, prevê-se a contratação de 12.000 novos funcionários (tal como aconteceu em 2009) para o sector.

Figura 1: Despesa Total do Sector – 2009 (Orçamento e Execução) e 2010 (Orçamento)



Fonte: Milhões de MT, LOE e REO IV 2009 e Proposta OE 2010

### MENSAGENS CHAVE

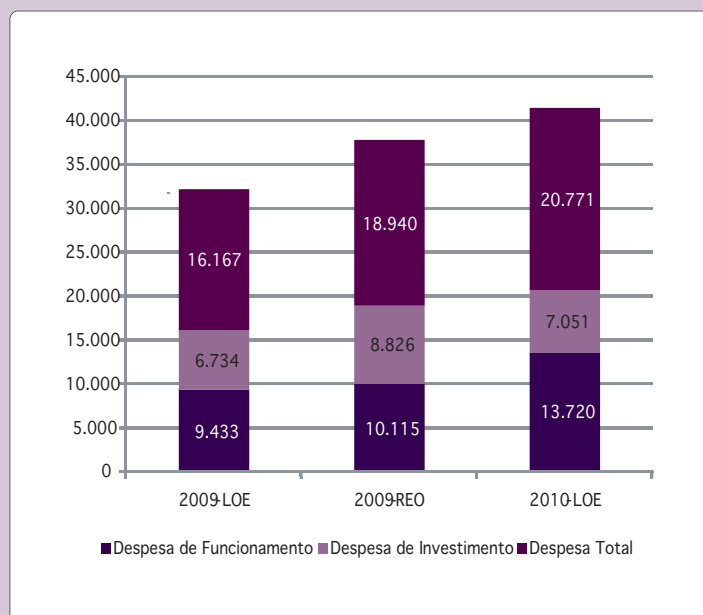
- **Tendências:** Incremento, em termos absolutos, do envelope de recursos do sector e estagnação do peso do sector em relação ao montante global da despesa do Estado.
- **Fundos internos e externos:** A despesa de investimento no sector reduz em 2010, reflexo da diminuição do financiamento externo ao sector em cerca de 21 por cento. Em contrapartida, o Governo aumentou em 91 por cento o financiamento interno para despesa de investimento de forma a compensar a redução, um importante sinal positivo.
- **Disparidades por províncias:** O Orçamento do Estado (OE) de 2010 apresenta grandes disparidades na alocação de fundos por habitante por província, com pouca ou quase nenhuma correlação entre a dimensão da população e/ou os indicadores de desenvolvimento da criança.

A maior alocação ao nível distrital também poderá ser outro factor relacionado. Cabe lembrar que o Orçamento do Estado (OE) de 2010 indica que serão promovidos no Estado 15.000 funcionários em 2010 mas não indica em que sectores e áreas acontecerão tais promoções.

A despesa de investimento sofrerá um decréscimo de 25 por cento - passando de 8.826 milhões de MT em 2009 para 7.051 milhões de MT em 2010 - devido a diminuição do financiamento externo ao sector. Este é o reflexo da seguinte situação: muitos parceiros de cooperação estão a sair do Fundo Comum (FASE) e outros estão a reduzir as respectivas contribuições, por um lado como consequência da introdução de um Código de Conduta que o sector quer adoptar e por outro lado devido à crise financeira internacional.

De forma a compensar tal redução, o Governo aumentou em cerca de 91 por cento o financiamento interno para a despesa de investimento, um sinal positivo que mostra o compromisso do Governo para com este sector crítico para o desenvolvimento das crianças e mulheres.

Figura 2: Despesa de Investimento do Sector – 2009 (Orçamento e Execução) e 2010 (Orçamento)



Fonte: Milhões de MT, LOE e REO IV 2009 e Proposta OE 2010

## SOBRE O APOIO DIRECTO AO SECTOR

O sector de educação, à semelhança de muitos outros sectores em Moçambique, recebe apoio sectorial directo por parte dos parceiros de cooperação sob a forma de Fundo Comum, isto é, um “cesto” onde os apoios dos parceiros são canalizados e geridos em conjunto.

O fundo comum da educação chama-se FASE e representa a maior parte da componente de despesa de investimento do sector.

Em 2009, a execução dos fundos do FASE não alcançou os 100 por cento (ficou-se pelos 78 por cento de acordo com o REO IV 2009) e existem saldos a serem reinscritos no orçamento de 2010. Esta situação já aconteceu em anos anteriores e repete-se uma vez mais. Seria interessante verificar quais são as causas por detrás desta situação junto do sector.

Como referido anteriormente, também se verifica em 2010 a redução geral da contribuição dos parceiros de cooperação - outro aspecto importante que deve ser entendido no contexto deste sector.

## REPARTIÇÃO DA DESPESA TOTAL POR NÍVEIS DE ENSINO

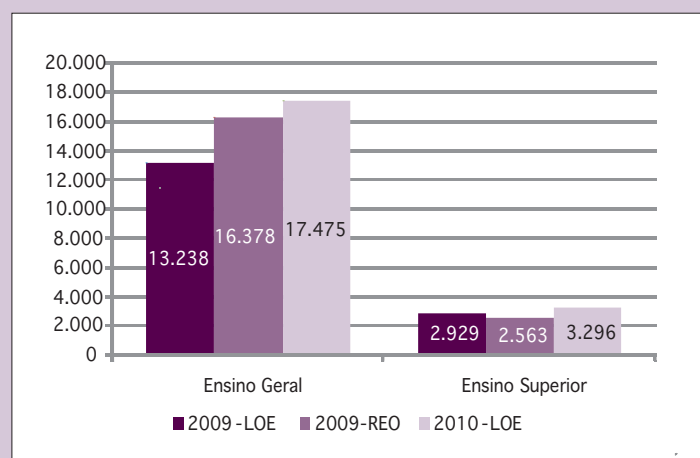
O sector de educação compreende dois níveis de ensino: (i) o ensino geral; e (ii) o ensino superior. Em 2010, do total da despesa no sector de educação, cerca de 84 por cento será alocado ao ensino geral (ou, 17.475 milhões de MT) e os restantes 16 por cento ao ensino superior (ou 3.296 milhões de MT).

O ensino geral inclui, entre outros, o Ministério da Educação (ME), o Ministério da Cultura<sup>1</sup> (MC) e as Direcções Provinciais de Educação e Cultura (DPEC). Dos fundos disponíveis ao ensino geral:

- 61.4 por cento serão alocados as DPEC;
- 35.9 por cento serão destinados ao ME;

- 0.7 por cento ao MC; e
- 0.2 por cento às restantes instituições (Comissão Nacional para a UNESCO, Instituto Nacional de Educação à Distância e Instituto de Bolsas de Estudo).

Figura 3: Despesa Total por Nível de Ensino – 2009 (Orçamento e Execução) e 2010 (Orçamento)



Fonte: LOE e REO IV 2009 e Proposta OE 2010

Cerca de 73 por cento dos fundos alocados ao ensino superior serão destinados à Universidade Eduardo Mondlane (46.7 por cento ou 1.600 milhões de MT), Universidade Pedagógica (11.9 por cento ou seja 408 milhões de MT) e suas Delegações Provinciais (14.2 por cento ou seja 487 milhões de MT).

## OUTRAS ÁREAS PRIORITÁRIAS NO SECTOR SÃO:

- Construção Acelerada: 1.406,8 milhões de MT;
- Reconstrução escolas rurais, educação profissional e ensino pré primário: 493,2 milhões de MT;
- Alfabetização: 105,5 milhões de MT;
- Supervisão pedagógica: 226,4 milhões de MT;
- Ensino Superior: 232,9 milhões de MT;
- Apoio Directo Escolas e Livro Escolar: 1.001.3 milhões de MT;
- Aquisição instalações Entrepasto: 316,8 milhões de MT;
- Bibliotecas Nacionais: 150 milhões de MT.

## ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR ÂMBITO GEOGRÁFICO

Em 2010, verifica-se um crescimento na alocação orçamental por âmbito provincial. Aproximadamente 56 por cento da dotação orçamental do sector da educação será executada no âmbito provincial e 44 por cento no âmbito central (contra 49 e 51 por cento, respectivamente, em 2009).

O incremento de 5 pontos percentuais para o âmbito provincial resulta do aumento na dotação destinada a Direcção Provincial de Educação e Cultura (DPEC).

A maior parte dos recursos para despesa de funcionamento será alocada ao âmbito provincial (79 por cento) comparativamente ao âmbito central (21 por cento) devido ao pagamento de salários e remunerações aos funcionários directamente pelo nível provincial.

Em relação a despesa de investimento, prevê-se uma maior desconcentração da dotação em relação a 2009 pois, cerca de 11 por cento serão alocados ao âmbito provincial e 89 por cento ao âmbito central (contra 9 e 91 por cento, respectivamente, em 2009).

## ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ENTRE AS PROVÍNCIAS

Em Moçambique, há duas vias através das quais as províncias beneficiam de fundos do OE: (i) alocações provinciais e (ii) centrais.

A primeira categoria refere-se às alocações que são registadas directamente no âmbito provincial. Isto é, fundos que beneficiam directamente às Direcções Provinciais e que têm classificador orgânico próprio no OE e não passam pelo ministério ao nível central.

A segunda refere-se à parte remanescente do OE registada no âmbito central: os fundos que são controlados pelos órgãos centrais. Contudo, uma parte substancial destes fundos é, na realidade, gasta nas províncias. Dado o tamanho da alocação central, tais fundos frequentemente representam a maioria dos gastos financeiros nas províncias.

Contudo, o OE 2010 não permite perceber qual é a parte dos fundos alocados ao nível central que poderão eventualmente beneficiar o nível provincial.

Considerando este aspecto, uma análise da distribuição dos recursos entre o nível central e provincial pode ser bastante imperfeita. No entanto, tal análise é benéfica para compreender até que ponto a alocação dos recursos por províncias é equitativa e conducente a redução das disparidades existentes nos indicadores da educação.

Fazendo uma análise da dotação per capita do sector de educação por província (i.e. total de fundos alocados ao âmbito provincial divididos pela projecção da população para 2010) nota-se que, à semelhança do ano anterior, o OE de 2010 apresenta grandes disparidades na alocação de fundos por habitante por província, com pouca ou quase nenhuma correlação entre a dimensão da população e/ou os indicadores de desenvolvimento da criança.

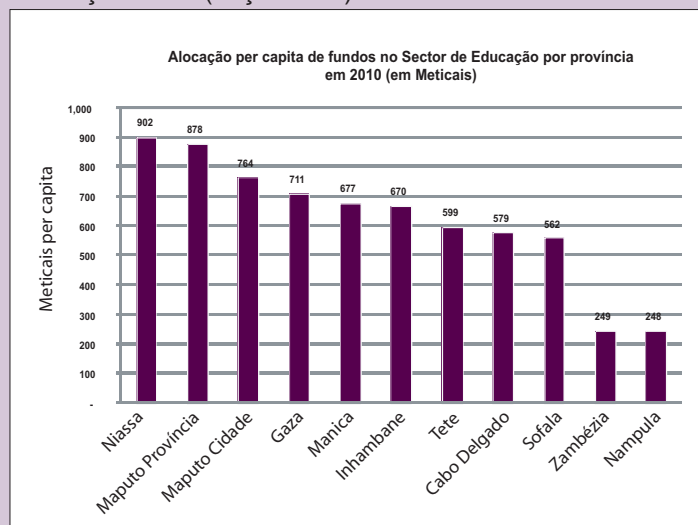
A alocação *per capita* varia de 902 MT na Província de Niassa, que é a menos populosa do país, a 248 MT na Província de Nampula, que tem o maior número de habitantes do país.

Em adição, para Maputo Província e Maputo Cidade - que apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento da criança do país - estão destinados por habitante, 878 MT e 764 MT, respectivamente.

Em contraste, a Província da Zambézia, que mesmo sendo a segunda mais populosa do País, receberá apenas 249 MT - a segunda mais baixa dotação per capita por província.

Estarão estas baixas alocações orçamentais em determinadas províncias relacionadas com o mau ou fraco desempenho de alguns dos indicadores de educação na província, por exemplo, a fraca taxa de conclusão e matrículas do EP1 em Inhambane?

Figura 3: Despesa Per Capita Provincial no Sector da Educação 2010 (Orçamento)



Fonte: MF, Proposta OE 2009 e INE, Projeções da População 1997-2015

Será que este desequilíbrio na alocação de fundos será ultrapassado pelos fundos geridos centralmente? Será importante que no futuro a Proposta de OE providencie uma imagem clara acerca da alocação dos recursos aos níveis subnacionais, de modo a ajudar aos leitores a compreenderem qual é a alocação que está direccionada a reduzir as disparidades.

É também importante que os sectores revejam os seus critérios de alocação de fundos às províncias, tendo sobretudo em conta a situação dos indicadores de desenvolvimento da criança.

A informação contida neste informe foi retirada do OE para 2010 submetida pelo Governo de Moçambique à Assembleia da República em Março de 2010 e por esta aprovada em 16 de Abril de 2010. Foram analisados o Documento de Fundamentação, a Proposta de Lei Orçamental e os Mapas Anexos.

<sup>1</sup>Em 2005 quando tomou posse como presidente da República Armando Guebuza uniu os anteriores Ministério da Educação e Ministério da Cultura num só (Ministério da Educação e Cultura). Em 2010, em seu segundo mandato, voltou a separar ambos ministérios.



Av. 25 de Setembro, Edifício Times Square,  
Bloco 2, nr. 12504 • Maputo, Moçambique  
Tel. +258 21 355300  
Website: [www.fdc.org.mz](http://www.fdc.org.mz)



Av. do Zimbabwe nr. 1440  
Maputo, Moçambique  
Tel. +258 21 481100  
Website: [www.unicef.org/mozambique](http://www.unicef.org/mozambique)